

ID: 93266570

09-06-2021

IMPOSTOS

Parlamento vota revogação do ‘big brother’ fiscal das empresas

PCP e PSD juntam-se ao CDS-PP com propostas de revogação da lei que prevê o envio para o Fisco do ficheiro SAF-T da contabilidade das empresas. PS lamenta, mas diz que “terá de se respeitar a democracia” e encontrar alternativas.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

O Parlamento vota esta quarta-feira na especialidade duas propostas, do PCP e do PSD, que visam a revogação das normas legais que hoje em dia obrigam as empresas a enviar para o Fisco a totalidade da informação das suas contas anuais, constante do chamado ficheiro SAF-T (PT). Estas iniciativas legislativas juntam-se a uma outra que já estava em cima da mesa, apresentada pelo CDS-PP. O PS está contra e o Bloco, que poderá desempatar, também não vê utilidade na medida tal como está.

As propostas do PCP e do PSD surgiram no âmbito da discussão na especialidade de uma primeira proposta de decreto-lei dos comunistas que alterava a lei em vigor, no sentido de reduzir a informação enviada para o Fisco e que, na votação na generalidade teve votos favoráveis de todas as bancadas menos do PS e PAN.

Entretanto, entre as várias audições realizadas – que incluíram a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e representantes de associações empresariais – foi ouvido o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que afirmou que as mudanças preconizadas pelo PCP iriam destituir de sentido a atual lei. Se é para fazer uma mudança destas, “então revoguem a obrigação [de envio], a democracia é para isso mesmo. Temos é de estar todos conscientes do que estamos a fazer”, avisou Mendonça Mendes.

“Anós não nos parece mal esta solução. Se isto está mal feito, mais vale revogar do que estar a remen-

dar o regime”, explica ao Negócios Duarte Alves, deputado do PCP, que justifica assim que o seu partido, no momento da apresentação de propostas de alteração, tenha avançado com a proposta de revogação por completo do regime.

Margarida Balseiro Lopes, do PSD, lembra igualmente as palavras de António Mendonça Mendes durante a audição, para explicar a proposta apresentada pelo seu partido na especialidade: “Se o SEAF diz que não conseguem ir ao encontro da intenção do legislador”, então, “como está não deve ficar”, diz a deputada.

A lei que prevê o envio anual do ficheiro SAF-T das empresas para o Fisco foi polémica desde o início. A ideia seria simplificar e usar a informação nele contida para pré-preencher a declaração da Informação Empresarial Simplificada (IES), usada para fins estatísticos pelo Fisco, mas também pelo INE e Banco de Portugal.

O problema é que o envio do SAF-T significa a disponibilização do Fisco de toda a vida das empresas, o que já lhe valeu a designação de “big brother fiscal”. Na regulamentação, o Governo acabou por apresentar uma versão mais suave: o envio seria feito, mas a informação enviada seria depois encriptada, através de um mecanismo fornecido pela Casa da Moeda, uma espécie de chave que permitiria que apenas chegasse ao Fisco a informação necessária ao pré-preenchimento da IES.

Governo garante segurança de dados, mas não convence
Esta solução não foi considerada suficiente e o PCP avançou então com o já referido projeto de lei, que prevê que a informação constante do SAF-T deve ser previamente expurgada, através dos programas contabilísticos, uma vez que, entende o partido, estão em causa dados a fornecer ao Fisco que vão muito



José Sena Goulão/Lusa

A proposta de alterações do PCP evoluiu para proposta de revogação.

para além do que é necessário para o cumprimento de obrigações fiscais. A solução foi veemente contestada pelo SEAF, que no Parlamento garantiu que o Fisco não iria “receber nomes nem descrições”, garantindo a segurança dos dados.

“A própria CNPD disse que o modelo que o PCP propôs era mais garantístico do ponto de vista da proteção de dados pessoais”, lembra agora Duarte Alves, que insiste que, a manter, teria de ser com a solução do PCP, a mesma que o secretário de Estado considerou não ser tecnicamente exequível.

Se a hipótese de revogação conta à partida com os votos favoráveis do PSD, PCP e CDS-PP,

também o Bloco de Esquerda entende que “ou há um ficheiro SAF-T que seja eficiente e não apenas um imbróglgio sem precedente, que apenas cria mais uma obrigação burocrática e que não facilita a recolha de informação estatística, ou então não faz sentido”, afirma a deputada Mariana Mortágua. “Se as empresas estão contra, faz pouco sentido insistir” e “não me parece que neste momento esteja garantido o equilíbrio da balança entre a eficácia [da medida] e as restrições, o que põe em causa a própria eficácia”, concretiza.

Já o PAN vai manter o voto contra, mas na discussão do Orçamento do Estado para 2022 vai

“

Se isto está mal feito, mais vale revogar do que estar a remendar o regime.

DUARTE ALVES
Deputado do PCP

Se o SEAF diz que não conseguem ir ao encontro da intenção do legislador, como está não deve ficar.

MARGARIDA BALSEIRO LOPES
Deputada do PSD

Não me parece que neste momento esteja garantido o equilíbrio entre a eficácia e as restrições, o que põe em causa a eficácia.

MARIANA MORTÁGUA
Deputada do Bloco

”

defender a suspensão da medida para as empresas que tenham tido perdas de receita com a crise.

Quanto ao PS, defende o envio do SAF-T e da lei existente, que “era um avanço e um caminho que se estava a fazer”, diz o socialista Fernando Anastácio. “OPS acompanha o Governo, mas também não dramatizemos, democracia é isso mesmo. E teremos de trabalhar com o resultado que advier e procurar novas soluções”, remata. Uma coisa é certa: caso os partidos não se ponham de acordo em relação à revogação, o envio da informação, tal como atualmente está previsto, também não se manterá e será travado pelo Parlamento. ■